



f/peloestado

[PeloEstado]



peloestado.com.br

Guerra de "likes" dá o tom do que esperar nas eleições

As redes sociais já estão nos dando uma prévia do que vem por aí, quando as disputas eleitorais começarem a pegar fogo de verdade (se é que já não estão).

São indiretas, bem diretas, postadas entre esquerda e direita que, quem não estiver muito dentro do contexto, é capaz de se perder.

A última foi entre a deputada federal Ana Paula Lima (PT) e o governador Jorginho Mello (PL), que já vem usando as redes sociais há algum tempo para enviar seus "recados".

O motivo da troca de farpas entre eles foi o preço da gasolina, após Ana Paula insinuar que o último aumento foi por culpa do imposto estadual, não federal.

"O bolso pesou aí também? A gasolina subiu em Santa Catarina e a gente precisa falar a verdade sobre isso! Muita gente confunde, mas o aumento de R\$ 0,10 por litro

é culpa de um imposto ESTADUAL (o ICMS), decidido pelos governadores e secretários de fazenda. Não tem nada a ver com o Governo Federal ou com o Presidente Lula. Enquanto o Governo Federal trabalha para estabilizar a economia, aqui no nosso estado o preço médio já passou dos R\$ 6,40. Em Floripa, tem posto cobrando mais de R\$ 6,80! É o catarinense pagando a conta de uma gestão que aumenta imposto enquanto falta investimento básico".

Por sua vez, Jorginho rebateu afirmado que o aumento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, ou seja, que a ordem veio, sim, do Governo Federal.

Recentemente, Ana Campagnolo (PL) também usou a mesma estratégia para cutucar Carlos Bolsonaro (PL), em defesa de Carol De Toni (PL). Enfim, até outubro de 2026, outros embates poderão ser facilmente vistos circulando pela "timeline" do catarinense. É só aguardar.

Desobrigado

Por maioria de votos, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região reformou a sentença que determinava ao ex-deputado César Souza a demolição de imóvel na Caieira do Norte, em Governador Celso Ramos, conhecida como "Prainha do Xanahi". A determinação já estava suspensa também por decisão do TRF4, que acolheu o pedido da defesa para a realização de perícia judicial na propriedade a fim de apurar a sua real situação frente à legislação ambiental.

A ação foi proposta originalmente pelo Ministério Público Federal, que alegava ainda a obstrução do acesso à praia pela propriedade. No acórdão, o TRF4

Foto: Câmara dos Deputados/Divulgação



também certifica a inexistência desse impedimento, além de confirmar que não houve destruição de floresta nativa.

Cidade dos Transportes

O Governo de Criciúma realizou a assinatura da ordem de serviço para a implementação de infraestrutura em cinco vias do Loteamento Cidade dos Transportes, conhecido como Porto Seco, localizado no bairro Cristo Redentor. Com investimento total de R\$ 7,5 milhões, entre recursos do Governo do Estado e do Município, as melhorias têm como objetivo agilizar o transporte de cargas, fortalecer a economia e garantir o desenvolvimento sustentável no município.

A Cidade dos Transportes se consolida como um dos principais polos logísticos do município, com intenso tráfego diário de veículos pesados.

Sob nova direção

Uma das principais indústrias de papel e embalagens sustentáveis do Brasil, a Irani anunciou o novo diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores. André de Carvalho, que ocupava a posição de gerente de Relações com Investidores, assume o cargo.

O movimento está alinhado ao processo de sucessão da companhia, que anunciou recentemente Odivan Cargin, até então CFO, como o novo CEO da Irani.

Carvalho está há cinco anos na empresa. É formado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e possui MBA Executivo em Finanças pelo Insper. Anteriormente, foi consultor de estratégia no BCG - The Boston Consulting Group - e atuou como assessor em operações de fusões e aquisições na Ártica Investimentos.

Regularização de débitos

Está aberto o prazo para adesão ao Programa Catarinense de Regularização de Débitos de Difícil Recuperação, da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc). A lei foi sancionada no final de dezembro de 2025 e tem validade de 90 dias. A iniciativa tem como objetivo permitir que empresas catarinenses regularizem dívidas antigas e retomem o acesso ao crédito, fortalecendo a economia do estado.

O programa oferece condições especiais para renegociação de débitos lançados em prejuízo, com prazos e descontos escalonados conforme o grau de recuperabilidade do crédito e a data de adesão. O prazo para adesão é de até 90 dias a partir da publicação da lei, e os benefícios incluem perdão de até 100% dos encargos de mora, como juros e multas, além do recálculo do valor devido com base na taxa SELIC.

Fiscalização pública

Jaraguá do Sul inaugura um novo modelo de fiscalização pública ao implantar inteligência de dados no Poder Legislativo. A Câmara Municipal firmou parceria com a Toccato, Master Reseller da Qlik na América Latina, para utilizar tecnologia de Business Intelligence no acompanhamento da gestão pública. O projeto, viabilizado por uma lei municipal inédita construída de forma conjunta entre Executivo e Legislativo, garante aos vereadores acesso permanente a dados detalhados da execução orçamentária. Na prática, a iniciativa permite o monitoramento qualificado de indicadores em áreas como saúde, educação e finanças, fortalecendo a transparência, a governança e o controle institucional dos recursos públicos.

Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales

Diagramação: Celina Sales

Contato peloestado@gmail.com

*Esta coluna é publicada nos jornais eportais associados a ADISc e a APJSC